

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XIII
<b>Apresentação</b> .....	XVII
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1: A Relação entre as Normas Religiosas e o Direito Estatal</b> .....	5
1.1. Introito.....	5
1.2. Contexto histórico da relação do Estado com a Religião .....	7
1.3. Direito e Moral Religiosa.....	9
1.4. Do reconhecimento das normas religiosa.....	12
1.5. Estado Laico e o respeito à liberdade religiosa .....	18
1.6. Da colisão entre a norma eclesiástica e a norma estatal .....	21
1.7. Considerações finais .....	26
Referências .....	28
<b>Capítulo 2: A Questão da Preservação do Dia de Guarda das Religiões</b> .....	35
2.1. Introito .....	35
2.2. Do contexto histórico das religiões e da situação das religiões no Brasil e em Portugal .....	36
2.3. Da Liberdade de Religião .....	42
2.4. Do dia de guarda ou de repouso .....	50
2.5. Das decisões Judiciais no Brasil e em Portugal .....	53
2.6. Considerações finais .....	57
Referências .....	58

<b>Capítulo III – Do acesso à Justiça no Direito e na Religião</b>	<b>.65</b>
3.1 Introito	65
3.2. Conceito de acesso à justiça	66
3.3. Das ondas renovatórias	71
3.4. O direito de defesa	74
3.5. Da assistência jurídica gratuita	76
3.6. A defesa no direito processual civil	81
3.7. A defesa no processo do trabalho	82
3.8. A defesa no processo penal	84
3.9. A defesa no processo administrativo	86
3.10. A defesa no Direito Canônico	87
3.10.1. Da assistência jurídica no Direito Canônico	87
3.10.2. Modelo de assistência jurídica no Direito Canônico	89
3.11. O Direito Canônico, o Direito Brasileiro e a assistência jurídica gratuita	90
3.11.1. Análise Cronológica	90
3.12. Da resolução extrajudicial dos conflitos no Brasil e no Processo Canônico	91
3.13. Considerações finais	98
Referências	100
<b>Capítulo IV- Feriados Religiosos no Brasil</b>	<b>107</b>
4.1. Introito	107
4.2. Dos feriados nacionais	107
4.3. Da (in) constitucionalidade do regime jurídico dos feria- dos brasileiros	110
4.4. Considerações finais	113
Referências	114